

LUIS FERNANDO AYERBE

‘A América Latina é pouco relevante para os EUA’

Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), Luis Fernando Ayerbe tem uma longa e reconhecida carreira, sendo uma das principais referências na Academia brasileira quando se trata dos estudos sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina. Com passagem pela Universidade de Harvard e pela Universidade Autônoma de Barcelona como pesquisador visitante, é professor titular de História Geral da Universidade Estadual Paulista (Unesp), atuando no Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e no Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP. Seu livro *Estados Unidos-América Latina: a construção da hegemonia*, até hoje uma leitura fundamental para os pesquisadores da área, ganhou o Prêmio Casa de las Américas, em 2001. Nesta entrevista à *Sul Global*, o professor Ayerbe relembra sua trajetória, analisa a contribuição do INCT-INEU para o campo, discorre sobre temas e desafios mais relevantes da área e nos conta sobre sua nova agenda de pesquisa.

Por Roberto Mol e Tatiana Teixeira

O senhor tem uma trajetória acadêmica importante no campo de pesquisa que versa sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina. Que balanço o senhor faz da sua contribuição? Podemos dizer que se trata de um campo consolidado no país?

AYERBE. Comecei a estudar sistematicamente a política externa estadunidense em meados da década de 1980, momento das transições para a democracia na América Latina, em que Argentina e Brasil eram meu foco de interesse. Buscava compreender a trajetória do intervencionismo dos Estados Unidos em processos políticos regionais e seu peso na interrupção de experiências como a de Jacobo Arbenz na Guatemala, Juan Domingo Perón na Argentina, João Goulart no Brasil, Salvador Allende no Chile, entre as principais, trazendo essa análise para o presente, na perspectiva de vislumbrar

se haveria uma continuidade histórica de desestabilização das democracias nascentes. Na época, o acesso a fontes especializadas, ou a estruturas institucionais no país com foco temático nos EUA, apresentava-se como uma carência importante para o trabalho de pesquisa, mas as dificuldades também trazem desdobramentos positivos, em que destaco o estímulo a uma espécie de “garimpagem eclética” de fontes, buscando ter acesso ao que se escrevia sobre os EUA na Economia, História, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Segurança, Defesa e inclusive Psicologia (especificamente análises sobre formulação e treinamento em técnicas de “vigiar e punir” por parte do Pentágono e da CIA). Essa interdisciplinaridade um pouco forçada pelas circunstâncias terminou sendo fundamental para minha inserção posterior na área em termos de escolhas

de temas e abordagens. Diferentemente daquele contexto, temos hoje um campo consolidado no país, que envolve iniciativas de diferente porte, desde Institutos que congregam várias universidades, como o INCT-INEU, assim como centros e linhas de pesquisa atuando em instituições acadêmicas, ou em associações nacionais nos campos das Relações Internacionais, História, Defesa e Ciências Sociais.

Poderia apontar instituições que fizeram parte desse percurso? As redes e os grupos de pesquisa dialogam entre si?

AYERBE. Pensando na atual ofensiva contra a pesquisa em ciências humanas e seu financiamento público, com impacto especialmente desafiador para pesquisadoras (es) em início de jornada, a resposta à pergunta busca valorizar a importância da inserção em redes no desenvolvimento de trajetórias individuais e coletivas, enfatizando na continuidade desse processo o papel dos Departamentos, cursos de graduação e pós-graduação – no meu caso a Unesp –, o salto qualitativo representado pelo Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC/SP, convergindo em uma iniciativa do porte do INCT-INEU. Retomando o percurso a partir da década de 1980, a pesquisa mencionada na resposta à questão anterior, que situo como uma abordagem histórico-estrutural associada a estudo comparativo de

processos políticos, levou à criação, no Departamento de Economia da Unesp de Araraquara, de uma disciplina sobre história contemporânea da América Latina, ministrada conjuntamente para os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Sociais. Estudantes que passaram pela disciplina se interessaram na temática da política externa de EUA e desenvolveram carreira acadêmica na área, inicialmente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL-Unesp de Araraquara, e posteriormente na área de Relações Internacionais a partir da criação do San Tiago Dantas.

Entre 1995-96, a política de internacionalização implementada pelo meu Departamento permitiu o afastamento por um ano para realizar pós-doutoramento no David Rockefeller Center for Latin American Studies, da Universidade de Harvard, com bolsa da CAPES. Resgato dessa experiência a oportunidade de contato direto com abordagens culturalistas das relações internacionais popularizadas na época pelos estudos de Samuel Huntington sobre Choque de Civilizações e de Francis Fukuyama sobre o Fim da História. Desenvolvi forte interesse pela temática e, no retorno ao Brasil, participei da criação na Unesp de Araraquara do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD), buscando construir uma perspectiva crítica de concepções que se tornavam componente teórico e operacional das políticas dos EUA para a região. Como parte dessa temática, o GEICD obteve

financiamento da CAPES por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como parte de uma chamada dirigida a Relações Internacionais, que foi de crucial importância na institucionalização da nossa linha de pesquisa. Paralelamente, obtive uma bolsa da rede CLACSO, patrocinada pela Agência Sueca de Cooperação Internacional (ASDI), para um projeto sobre Cultura e Relações Internacionais, que teve como resultado o livro *O Ocidente e o “resto”: América Latina e o Caribe na Cultura do Império*.

O desenvolvimento dessa linha de pesquisa, concomitantemente com a internacionalização do GEICD e o ingresso no Programa San Tiago Dantas, favoreceu o estabelecimento de contatos com redes concentradas na temática latino-americana. Destaco três instituições: 1) a Asociación por la Unidad de Nuestra América (AUNA-Cuba), que coordenava um Atlas da Integração Latino-americana e Caribenha e deu origem a cinco livros abordando os aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos e culturais da integração, de que participei com estudo sobre o culturalismo na política externa de EUA para a América Latina; 2) Decorrente do projeto de AUNA, criou-se a Red de Integración de América Latina y el Caribe (REDIALC), com sede na Universidade de Guadalajara, que publicou até 2018 um anuário da integração regional, em que trabalhei no acompanhamento anual da política dos EUA para a América Latina; 3) no âmbito das interrelações

institucionais, a partir de AUNA/REDIALC/San Tiago Dantas, estabeleceu-se contato com a rede CRIES (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), com sede em Buenos Aires. Entre as várias iniciativas promovidas por essa instituição, destaco a linha de pesquisa sobre Análise e Prevenção de Conflitos, em que participei de estudos sobre a incidência de atores extrarregionais, marcadamente os EUA, em situações de conflito na América Latina.

Em 2003, a partir de evento do San Tiago Dantas sobre a Doutrina Bush e as relações internacionais dos EUA, entrei em contato com o Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), na época uma instituição privada, participando de projetos envolvendo a atuação dos *think tanks* na formulação da política externa estadunidense para a região, o processo de ascensão da chamada onda rosa latino-americana na primeira década do século XXI, e o papel da religiosidade na agenda internacional dos EUA no período de George W. Bush. Posteriormente, o IEEI passou a fazer parte da Unesp e, nesta nova etapa, iniciou-se parceria com o Memorial da América Latina, integrando as redes REDIALC, CRIES e o Programa San Tiago Dantas, a projetos sobre entrecruzamento de territorialidades e conflitos na América Latina, incluindo territorializações associadas a identidades indígenas, crime organizado transnacional, redes terroristas, ONGs e Estados-nação, marcadamente os EUA. Também cabe destacar dois projetos do

IEEI com forte ênfase na dimensão interamericana, envolvendo estudantes de mestrado e doutorado do Programa San Tiago Dantas: Sem Diplomacia e Análise de Conjuntura Internacional.

Com a criação do INCT-INEU, que estabeleceu uma linha de pesquisa permanente sobre as relações EUA-América Latina, o conjunto de iniciativas e os contatos passaram a ter o Instituto como centro de convergência.

Como o senhor avalia o papel do INCT-INEU no desenvolvimento de um campo de estudos sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina no Brasil?

AYERBE. Retomando a resposta à questão anterior, e pensando na perspectiva da análise de conjuntura que trata do Acontecimento, entendido como demarcação qualitativa entre um antes e um depois, o INCT-INEU, na minha avaliação, e sem desconsiderar outras iniciativas extremamente valiosas, é o Acontecimento do campo de estudos sobre EUA no país. Primeiro pela ousadia da proposta apresentada na chamada dos INCTs do Ministério de Ciência e Tecnologia de 2007: o Brasil precisa de um instituto que estude os Estados Unidos a partir do conhecimento das diversas dinâmicas internas que interferem em suas relações exteriores. Para além da agenda internacional em temas mais consolidados, como segurança, comércio, investimentos, precisamos conhecer profunda e sistematicamente o funcionamento do

sistema político, da economia, da educação, da cultura, de atores e variáveis intervenientes relevantes que nos aproximem de diagnósticos fundamentados sobre a atuação de um país de tamanho peso e influência no mundo e no Brasil. É justamente o que o sistema acadêmico estadunidense nos mostra com sua diversidade de centros especializados nas regiões e países do mundo inteiro.

Os resultados da criação do INCT-INEU corroboram, em seu sucesso, as ambiciosas intenções na época da apresentação do projeto: Grupos de Trabalho estabelecidos e com agenda constante e sistemática sobre um leque diversificado de áreas que compõem a complexidade do objeto de estudo. Aqui situo o GT sobre Relações Estados Unidos-América Latina, em que o número agora publicado pela Revista *Sul Global* revela uma representativa exposição de resultados.

Nestes seus mais de 30 anos de estudos e desde o lançamento de seu livro “Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia” (Editora Unesp, 2002), uma leitura basilar da área, o que mudou no campo desde então? O senhor identifica ondas temáticas e um aumento da interdisciplinaridade em resposta a conjunturas e problemas específicos?

AYERBE. Paralelamente ao desenvolvimento do sistema de pós-graduação no Brasil e às políticas de internacionalização da pesquisa promovidas por agências de fomento e

universidades, temos tido uma expansão quantitativa na formação de pesquisadoras (es), nos intercâmbios institucionais, no acesso a fontes e na diversificação temática das pesquisas, com impactos qualitativos na exploração de novos temas, inclusive desde abordagem interdisciplinar. Nos anos 1980, prevaleciam, nos estudos latino-americanos que buscavam trabalhar com dimensão internacional, perspectivas focadas na ciência política e na economia. Certamente havia uma condição importante nessa prevalência. O pensamento social estava muito direcionado a explicar situações que influenciavam sobremaneira a conjuntura: autoritarismo, democratização, crise econômica, com episódios hiperinflacionários, explosão da dívida externa, levando a esforços envolvendo a análise comparativa de casos regionais e o impacto da (inter)dependência assimétrica nas relações com os EUA. Quando a democracia representativa se torna regime político predominante, e começam a se delinear políticas públicas de Estado, especificamente, como já mencionado, no sistema de pós-graduação, se estabelecem condições institucionais favoráveis à explosão de temas e abordagens, diluindo barreiras pré-concebidas sobre “relevância” científica. Isto impacta especificamente a perda de hegemonia de perspectivas essencialistas na área de estudos sociais e culturais, influenciando os diversos campos das ciências humanas, incluindo as Relações Internacionais.

Quais são os maiores desafios para pesquisadores neste campo?

AYERBE. Tomando como exemplo a análise de conjuntura, a partir de projetos já mencionados desenvolvidos no IEEI, o desafio que destaco é o manejo de abordagens oriundas de diversas disciplinas na identificação de Acontecimentos, cujo impacto internacional demarca um antes e um depois, geralmente com efeitos críticos. Vejo um grande esforço concentrado nos EUA envolvendo a cooperação entre universidades e agências governamentais para desenvolver conhecimento capaz de municiar o Estado para se antecipar a eventos dessa natureza, e não apenas reagir *a posteriori*. Obviamente que a agenda é pautada pela lógica das razões do Estado americano, em que se aposta numa “ciência da radicalização” capaz de responder preventivamente a ameaças de segurança oriundas de setores antiestablishment, no entanto, resgato a capacidade de mobilização de profissionais da psicologia, filosofia, sociologia, antropologia, ciência política, história, relações internacionais... na perspectiva de gerar conhecimento inovador. Destaco então, entre tantos outros desafios que não há espaço aqui para abordar, a abertura à interdisciplinaridade, que seja municada por formação correspondente nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, traduzida em projetos de pesquisa geradores de produção científica e impacto na sociedade.

Analisando o contexto do governo Biden, que agendas de pesquisa surgem mais imediatamente? E, no longo prazo, que agendas de pesquisa permanecerão no horizonte das relações entre Estados Unidos e América Latina?

AYERBE. Nos anos 1990, o tema que me mobilizava era a projeção da hegemonia estadunidense dentro da perspectiva do “fim da história” encarnada pela administração Clinton. Hegemonia econômica, política, cultural, militar, científica... Entendê-la nessas múltiplas dimensões representava enorme desafio. No contexto do governo Biden, a agenda passa pelo desafio de compreender, também em múltiplas dimensões, a perda de hegemonia como situação estrutural. Pensando na América Latina, Obama deixou para seu sucessor uma situação confortável: boas relações com os governos dos países mais influentes – Brasil de Michel Temer, México de Enrique Peña Nieto, Argentina de Mauricio Macri, Chile de Sebastián Piñera – e a continuidade colombiana como aliado histórico. Paralelamente, a crise econômica na Venezuela enfraquecia sua agenda internacional, e as relações diplomáticas com Cuba tinham sido normalizadas a partir de uma mudança de abordagem que, diferentemente dos governos anteriores, não condicionava o diálogo à mudança de regime na ilha. Tratava-se de um cenário favorável aos interesses dos EUA, abrindo possibilidades para que o próximo presidente avançasse numa agenda de construção de hegemonia pautada em *soft power*. Mas

Donald Trump comprometeu essa trajetória, patrocinando um endurecimento que, na prática, teve o efeito contrário ao que teoricamente se propunha. Reinstalou a lógica da Guerra Fria pressionando com retórica e sanções Cuba, Venezuela e Nicarágua, condicionando qualquer diálogo à derrubada dos seus regimes políticos, reclassificados como “tirantias comunistas”. Nessa investida, encontrou no presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, um importante aliado. No entanto, o Executivo brasileiro avançou para além do anticomunismo trumpiano, com reivindicação histórica positiva das ditaduras militares. Esperando reconhecimento automático de presidentes conservadores da região, especialmente do Chile, esse extremismo acabou tendo o efeito contrário, promovendo o centrismo e o pragmatismo, em que os diversos governos priorizam temas bilaterais nas relações com EUA.

Não houve por parte da administração Trump uma estratégia de alcance regional, além de ser o primeiro presidente que não compareceu a uma Cúpula das Américas, mecanismo de diplomacia presidencial criado por Bill Clinton. A partir de 2020, a pandemia da covid-19 concentra energias e recursos em âmbito doméstico e, neste tema, Biden, como Trump, conclama que a América está em primeiro lugar. Em âmbito regional, a diplomacia da vacina tem como protagonistas principais China e Rússia. Um partido de centro-esquerda governa no México, o peronismo e o MAS retornaram ao

poder na Argentina e na Bolívia. Na Venezuela, com todos os seus problemas econômicos, o bolivarianismo mantém a hegemonia política, e não se trata de um juízo de valor da minha parte, mas de uma constatação: assim como Cuba, o país não vive em Estado de exceção, mas sob um sistema político institucionalizado que teve como momento fundacional a eleição de Hugo Chávez em 1998. Ou seja, para além da diversidade e do grau de radicalidade das posturas político-ideológicas existentes, a pluralidade de sistemas políticos na região se impõe como realidade. Eventuais mudanças internas nesse campo serão pautadas por dinâmicas domésticas, e não por ofensivas oriundas de atores externos.

Nesse contexto brevemente sumarizado, Joe Biden assume a presidência com grandes desafios econômicos, sociais e sanitários internos, e terá que administrar recursos escassos de política externa frente a uma região em que a marca política é um pluralismo pragmático que torna extemporâneos arroubos ideológicos desagregadores. O que esperar? Uma retomada da política de Obama para Cuba, em que pese o sofrimento imposto pelas restrições de Trump, consegue mais uma vez sair do isolamento. Um esforço por melhorar a imagem da política migratória com relação a México, América Central e Caribe. Conclamações sem muito eco regional contra o governo venezuelano em temas de democracia e presença militar russa. Alertas sobre o aumento da projeção econômica e tecnológica chinesa, sem, contudo, oferecer alternativas à potência asiática em termos de volume de

investimentos. No caso do Brasil, chamados de atenção para que o governo reorienta sua agenda ambiental na linha mais preservacionista e de alerta climático da administração Biden, deixando aberta a disposição para adotar pressões dissuasórias em pautas econômicas do interesse do país. Trata-se de temas circunscritos, sem aventar para enquadramentos reveladores de uma estratégia hemisférica, na linha da Aliança para o Progresso de John F. Kennedy, ou das Cúpulas das Américas de Bill Clinton, presidentes que, assim como Biden, pertenciam ao Partido Democrata.

No longo prazo, visualizo como agendas de pesquisa que permanecem, o estudo de influências mútuas nas relações econômicas e políticas, os sistemas de governo, multiculturalidade, linhagens e movimentos conservadores, indústria cultural. Mas presumo que, paulatinamente, irá se esvaziando essa marca tão própria das preocupações que muitas vezes perpassam nosso olhar para os EUA, espécie de assombração para alguns e de anjo guardião para outros, passando para uma percepção menos alarmista, que se parecerá com a que temos frente a antigas potências colonizadoras europeias.

Em seu livro mais recente, “Tempos de Reinvenção: ordens antigas na desordem do mundo presente” (Editora Unesp 2019), o senhor busca compreender, entre outras coisas, o que chama de ‘mal-estar sistêmico de alcance global’. O que quer dizer com isso? Como as relações entre Estados Unidos e América Latina se encontram neste cenário?

AYERBE. A referência é o mal-estar sistêmico associado à chamada Globalização Neoliberal, envolvendo desemprego estrutural, exploração do trabalho agravada pela precarização, aprofundamento da desigualdade paralela à concentração na distribuição da riqueza mundial, que se traduz em processos de polarização, cuja expressão e representação desborda as fronteiras da oferta política tradicional, seja do conservadorismo, ou da social-democracia. Em âmbito regional, esse desborde se manifesta na ascensão de uma ultradireita inicialmente subestimada, cuja retórica antiestablishment só foi levada a sério após a vitória eleitoral nos EUA e no Brasil. No entanto, passada a surpresa com a irrupção de discursos antiglobalistas marcados por xenofobia, questionamento da crise ambiental, das políticas estatais de reconhecimento da diversidade étnico-cultural e de costumes, enfeitados por anúncios grandiloquentes de advento de uma nova era, o transcorrer do tempo mostra limitações em termos da capacidade dessa direita de promover uma alternativa ao neoliberalismo.

Embora altamente eficiente na capacidade de mobilizar descontentamentos que, em grande medida, respondem a impasses socioeconômicos da ordem hegemônica, uma vez no poder, mostra-se incapaz de ir além da negação e do cancelamento daquilo que critica, sem apresentar opções conceitual e operacionalmente consistentes. Isso se explica, em boa parte, pela absoluta

carência nessa direita de quadros intelectuais capazes de transformar palavras de ordem e consignas em programas de governo. Na economia, se terceiriza a formulação e a gestão a operadores com credibilidade nos círculos de poder do capital nacional e global. Com a derrota eleitoral de Trump, o fenômeno ficou restrito ao Brasil. Conforme apontado anteriormente, prevalece nas relações entre os países da região uma abordagem pluralista e pragmática.

Na mesma obra, um dos capítulos discute a ideia de (Pós)Capitalismo. Pode explicar um pouco essa categoria?

AYERBE. O pressuposto da análise é que a aceleração da crise no capitalismo fortalece componentes detonadores de contradições sistêmicas com potencial transformador estrutural. Associadas ao mal-estar global, apontamos no livro três dimensões de efeito limitante para soluções dentro do sistema, favorecendo condições para concepções e práticas que colocam no horizonte uma transição pós-capitalista: 1) alerta ecológico que diminui margens para estratégias social-democratas focadas no crescimento pela expansão da produção, emprego e consumo; 2) a hegemonia de parâmetros compreensivos da realidade e da mudança ancorados na razão neoliberal; 3) o império da barbárie como resposta de setores que transformam a desordem em oportunidade de ascensão e empoderamento, atualizando o faroeste do século XIX.

Reforço esse terceiro aspecto, não apenas como alerta, mas porque tende a ser subestimado nas suas potencialidades de disseminação paralela ao agravamento da crise, considerando que, quando o livro foi escrito, a possibilidade concreta de um Acontecimento das proporções do Coronavírus não estava no horizonte.

No império da barbárie, destaco ações predatórias de "empreendedores" que remetem ao que Marx caracterizou como fase de acumulação primitiva do capitalismo. No livro são abordadas diversas modalidades de Senhores da Guerra ao redor do mundo. Em âmbito regional, cabe apontar como exemplos a invasão violenta de territórios indígenas, ou de preservação ambiental, especialmente em ações de desmatamento na Amazônia, ou a apropriação de espaços urbanos às margens da legalidade para empreendimentos econômicos de diversa natureza.

Passado mais de um ano da eclosão da pandemia, e pensando em termos de possibilidades estruturais em resposta à pergunta sobre o pós-capitalismo, situo o coronavírus como acelerador de tendências. Aprofundam-se as três dimensões apontadas, dentro da perspectiva de que a desordem favorece condutas predatórias por parte dos setores com maior acesso a recursos de poder, dentro ou fora da lei, ao mesmo tempo em que se esvai a narrativa pautada no automatismo do mercado como resposta à crise.

Para dar um exemplo que considero ilustrativo, diferentemente das crises anteriores, especialmente a de 2008, Estados, organismos financeiros multilaterais e elites orgânicas do globalismo neoliberal passam a reconhecer a necessidade e urgência de mecanismos de renda mínima para os setores mais pobres que vivem na informalidade, ou que vão sendo afetados pela perda de empregos. Como sabemos, iniciativas dessa natureza têm sido implementadas por países sob governos de diversos signos ideológicos.

De uma perspectiva pós-capitalista, transformar essas respostas emergenciais em programas permanentes de Renda Básica Universal em escala global representa componente importante na dimensão mais ampla de estabelecimento de consensos na transição para uma sociedade pós-trabalho. O debate em torno do pós-capitalismo é amplo e diversificado em posicionamentos teóricos e políticos. No livro, fiz uma apresentação introdutória buscando demarcar respostas libertárias frente à desordem neoliberal, à ascensão da nova direita e à propagação de lógicas de acumulação primitiva. Na atualidade, dou sequência a essa linha de análise, estabelecendo um contraponto entre a reação antiglobalista conservadora, tendo os EUA como principal centro de formulação e irradiação, e a sistematização de perspectivas universalistas em que identifico linhagens convergentes em direção a uma transição sistêmica.

Finalmente, é possível entender os Estados Unidos hoje sem olhar para a América Latina?

AYERBE. Em termos de relações exteriores, a América Latina é pouco relevante para os EUA. Isso não significa que se possa prescindir da dimensão latino-americana na compreensão de parte da complexidade que envolve a atual maior potência econômica e militar do planeta. Nesse aspecto, o olhar para a América Latina se revela mais no interior dos EUA, na ampliação quantitativa e qualitativa da inserção da população originária da região nas diversas esferas da vida do país. #